Desdobramentos da institucionalização do patrimônio cultural: o cotidiano vivido no Albergue do Voluntariado – São Luís (MA)

Developments in the institutionalization of cultural heritage: daily life at the Albergue do Voluntariado – São Luís (MA)

Maria Cecília Machado Faustino^{1*}, Maria de Fátima Guimarães¹, Cleonice Aparecida de Souza¹, Maria Cristina Rocha Simão²

RESUMO

Este artigo indaga as múltiplas sensibilidades envolvidas no reconhecimento social para com o patrimônio cultural brasileiro institucionalizado, investigando indícios de tensões e conflitos de interesses. Abordaremos a preservação do patrimônio associada ao exercício da moradia enquanto demandas de direito e interesse social coletivo. Exploramos a potência de transformação social atribuída ao patrimônio, compreendido como instrumento na construção e consolidação de valores por determinados segmentos populares em detrimento de outros, mais vulneráveis, responsáveis por inúmeras formas de exploração e exclusão social. Para tanto, mobilizamos teóricos e documentos oficiais para tratar da história do patrimônio e da preservação patrimonial no Brasil, apresentando como estudo de caso o Albergue do Voluntariado, localizado no Centro Histórico de São Luís do Maranhão, compreendendo a representatividade do patrimônio como fomento ao exercício cotidiano de resistência aos valores culturais historicamente impostos e naturalizados em nossa sociedade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Reconhecimento Popular; Moradia; Valores Culturais.

ABSTRACT

This article investigates the multiple sensitivities involved in social recognition of institutionalized Brazilian cultural heritage, investigating signs of tensions and conflicts of interest. We will address the preservation of heritage associated with the exercise of housing as demands of rights and collective social interest. We explore the power of social transformation attributed to heritage, understood as an instrument in the construction and consolidation of values by certain popular segments at the expense of others, more vulnerable, responsible for countless forms of exploitation and social exclusion. Therefore, we mobilized theorists and official documents to deal with the history of heritage and heritage preservation in Brazil, presenting as a case study the Albergue do Voluntariado, located in the Historic Center of São Luís do Maranhão, comprising the representativeness of heritage as a promotion of exercise resistance to cultural values historically imposed and naturalized in our society.

Keywords: Cultural Heritage; Popular Recognition; Home; Cultural Values.

¹ Universidade São Francisco (USF). *E-mail: maria.faustino@usf.edu.br

² Instituição Federal de Minas Gerais (IFMG).

INTRODUÇÃO

O ponto de partida da presente discussão dá-se a partir de questionamentos relativos às tensões sociais, disputas simbólicas e conflitos de interesses mobilizados no transcorrer do processo de identificação, análise e seleção do patrimônio cultural brasileiro. Entendemos que seja necessário um olhar crítico sobre as questões que norteiam tal processo e garantem a preservação de determinados bens e a degradação de outros.

Baseando-se em teorias contemporâneas do campo da preservação cultural, entendemos que o processo de patrimonialização de um bem deve considerar, para além de sua materialidade e características histórico-artísticas, sua inserção significativa no cotidiano da população, levando-se em conta as sociabilidades, sensibilidades e memórias que sua fruição conecta junto aos diferentes segmentos sociais, tomando-se por pressuposto que a valorização de um patrimônio se constitui no processo diário e permanente de sua ressignificação social (VIÑAS, 2004).

O conceito de patrimônio cultural, assim como qualquer outro, acolheu e ainda acolhe algumas divergências e modificações no âmbito de seu significado e implicações sociais, dado que todo e qualquer conceito é datado historicamente e traz as marcas do lugar social daquele que o enuncia ou problematiza. Nesta perspectiva, tomamos como base as definições do patrimônio brasileiro sob o ponto de vista legislativo³, compreendendo o papel desse processo histórico na implementação das ações e ideais preservacionistas em território nacional.

Optamos por organizar nosso artigo em seis tópicos distintos, investigando o quanto as relações desiguais que envolveram o processo de seleção do patrimônio brasileiro denunciam o silêncio do patrimônio institucionalizado frente aos anseios e demandas sociais. A título de exemplificação, será exposto, brevemente, o caso do Albergue do Voluntariado, localizado na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, que relaciona a conservação de edifícios de relevância cultural nacional ao

³ O art. 1 do Decreto-Lei 25/1937 (BRASIL, 1937) caracteriza e denomina o patrimônio brasileiro de acordo com seus aspectos históricos e artísticos, noção essa ampliada no art. 216 da Constituição Federal de 1988, que atribui ao patrimônio um caráter mais abrangente de acordo com uma dada carga cultural, considerando “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

reconhecimento e apropriação popular. Dessa forma, aliamos teoria e empiria para que, por fim, seja realizada uma análise fundamentada em um caso concreto.

A CONFORMAÇÃO DA IMAGEM DO PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL E A INEFICÁCIA DAS LEIS DE PROTEÇÃO

A par de tais ideias, chamamos a atenção para o processo de identificação, análise e seleção do patrimônio histórico e artístico, que se deu em um momento de agitação da cena cultural brasileira pelo movimento modernista, baseando-se, sobretudo, na tipologia colonial portuguesa. É neste mesmo momento em que, para viabilizar tais anseios preservacionistas, o grupo modernista cria o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN) com o intuito de promover “[...] em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Conforme citado anteriormente, os conceitos referentes ao patrimônio foram submetidos, desde a publicação do Decreto-lei no 25 de 1937 até a Constituição Federal de 1988, até hoje vigente, a importantes reformulações normativas; sendo que a última amplia a responsabilidade da proteção dos bens culturais do âmbito exclusivamente federal para uma esfera de participação social nos processos decisivos.

Apesar de representar grande avanço do ponto de vista da valorização do reconhecimento social para com o patrimônio, na prática, as políticas públicas preservacionistas ainda são baseadas em um modelo que é resultado de décadas de práticas pautadas, principalmente, na materialidade e imobilidade dos bens. Ou seja, os instrumentos vigentes até os dias de hoje no processo de proteção do acervo de interesse cultural baseiam-se na autonomia de decisão do Estado na patrimonialização dos bens.

É a partir dessa ideia que introduzimos a problemática do grande número de imóveis tombados ou alvo de interesse histórico e cultural abandonados e, até mesmo, em estado de ruína no cenário nacional - em especial aqueles localizados nos grandes centros urbanos e capitais do país. Ora, se esse é o cenário atual, qual o nível de efetividade dos meios e instrumentos legais referentes à proteção do patrimônio cultural? E, mais que isso, existem outras possibilidades ou meios de preservação do patrimônio?

O ALBERGUE DO VOLUNTARIADO – SÃO LUÍS (MA)

Concomitante à problemática dos imóveis abandonados, observamos o número expressivo de cidadãos sem acesso à moradia adequada, denunciando uma realidade do crescente quadro do déficit habitacional do Brasil. Nossa intenção é integrar duas demandas de interesse social coletivo, que, além de apresentarem-se como direitos sociais fundamentais do cidadão, materializam-se a partir da ineficácia de políticas públicas no âmbito habitacional e patrimonial.

Dentre os complexos aspectos que envolvem essa discussão, perpassando por questões de natureza burocrática, política e econômica, focalizamos uma análise que privilegia o ponto de vista das relações sociais desiguais que se instauram na identificação ou não de um bem digno de ser tombado, compreendendo sua posição nos conflitos de interesses existentes no meio urbano.

O estudo de caso escolhido refere-se a um imóvel localizado no Beco da Pacotilha, nº 36, popularmente conhecido como Albergue do Voluntariado, no centro histórico de São Luís, capital do estado do Maranhão. Foram vários os imóveis contemplados pelo tombamento a nível federal entre as décadas de 1940 e 1960 naquela região e, com o tombamento federal de seu Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no ano de 1974, foram desenvolvidas iniciativas visando a elaboração de estudos e projetos envolvendo pautas como a preservação e revitalização dos bens tombados.

Nesse contexto, também popularizaram-se debates que propunham a revitalização do centro histórico da cidade. A partir do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), que buscava o desenvolvimento das primeiras ações preservacionistas e de adequação dos bens e do conjunto tombado, em geral, à dinâmica da cidade urbana, foram propostas

[...] a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico; intensificar a diversidade de usos; incentivar as manifestações culturais e educacionais; restaurar e preservar o Patrimônio Arquitetônico e Ambiental Urbano do Centro Histórico; promover a revitalização econômica do comércio varejista; adequar as redes de utilidades, serviços e logradouro; dinamizar as atividades portuárias tradicionais; garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís e assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais no plano de Governo Estadual e Municipal. (GONÇALVES, 2006, p. 41)

O programa visava, principalmente, a fixação da população de baixa renda residente no Centro Histórico de São Luís, incentivando o uso habitacional de imóveis subutilizados e em estado precário de conservação. O intuito principal do projeto foi abrir perspectivas para a realização de um intensivo programa de habitação capaz de garantir a recuperação de dezenas de sobrados para fins residenciais e, ao mesmo tempo, promover a elevação do padrão de qualidade de vida de algumas famílias residentes no Centro Histórico de São Luís. (GONÇALVES, 2006, p. 42)

Chamamos a atenção para o Projeto Piloto de Habitação, que ocorreu entre os anos de 1991 e 1994, primeira ação que buscou integrar essas questões de forma prática. Tal projeto não buscava alterar os hábitos dos moradores, mas o sucesso de sua realização era primordial para que futuras ações no mesmo âmbito fossem desenvolvidas.

Cerca de uma década depois, no ano de 2006, o imóvel encontrava-se em “péssimo estado de conservação, principalmente na parte interna da edificação” (GONÇALVES, 2006, p. 43). De acordo com Gonçalves (2006), esse resultado deu-se pelo fato do projeto não ter promovido a diversidade de uso e, através de entrevistas com os moradores, concluiu-se que as famílias que abrigavam o imóvel não tinham renda o suficiente para realizarem as manutenções necessárias ao funcionamento e integridade do edifício e, muito menos, amparo e fiscalização pelo poder público, responsável pela realização do projeto.

A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CIDADÃO

Quando falamos de uma certa função social que toda propriedade deve cumprir, aliada à questão da preservação do patrimônio como aspectos que compõem o feixe dos direitos fundamentais do cidadão, é preciso que sejam retomadas questões de natureza jurídicas.

Toda propriedade, seja ela de posse pública ou privada, está diretamente vinculada à sua função social - elemento intrínseco ao exercício da propriedade. Isso porque a Constituição de 1988 assegura que todo cidadão tem garantia ao direito da propriedade e que, essa propriedade, deve cumprir sua função social (artigo 5º, inc. XXII).

Através da manutenção de interesses públicos e coletivos, o conceito de função social, assegurado juridicamente inclusive por legislações posteriores⁴, pretende o bem-estar e a existência digna dos habitantes diante da problemática da propriedade. Compreende-se, então, que a propriedade deve beneficiar todos aqueles que integram a sociedade e não somente o proprietário em si.

A Constituição Federal de 1988, ao definir o patrimônio nacional, acrescenta ainda que “a proteção ao patrimônio cultural [está] dentre as limitações ao exercício do direito de propriedade, tutelando coletivos dignos de proteção e efetivando o princípio constitucional da função social da propriedade” (LEÃO, 2016, n.p).

É nesse momento que integramos a questão da preservação do patrimônio cultural à função social dos imóveis tombados ou de relevância cultural. Ou seja, a partir do momento em que consideramos a preservação do patrimônio como uma manifestação do direito coletivo ao passado e à memória, o Poder Público restringe a propriedade ao abandono de seu caráter individual, de modo que possa adequar-se à questões comunitárias, exercendo sua funcionalidade social.

Ao retomar o fato de que a “[..] moradia e preservação do patrimônio são direitos sociais fundamentais, partícipes do feixe de direitos que compõem o direito à cidade” (SIMÃO, 2016, p. 32), defendemos que a aliança entre as esferas da proteção ao patrimônio e do planejamento urbano social possa abrir caminhos ao cumprimento da função social de propriedades de relevância cultural ao considerar e atribuir relevância a duas questões de valor coletivo e legislativo.

Embora o nosso foco de análise esteja nas relações sociais desenvolvidas para com o patrimônio, é de extrema importância que sinalizemos o papel fundamental do Poder Público na manutenção e incentivo à preservação dos bens. Contudo, buscamos trilhar caminhos em que possamos criar alternativas a essas questões de forma mais independente e coletiva.

⁴ A ideia da função social está presente no Estatuto da Cidade quando “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo” (BRASIL, 2001).

DESDOBRAMENTOS DE UM PROCESSO HISTÓRICO NA VIVÊNCIA COTIDIANA

Enxergamos a presente discussão como um motor de múltiplos interesses: ao mesmo tempo que pensamos propostas relacionadas à conservação do patrimônio, buscamos, também, possíveis soluções que possam, no mínimo, amenizar a problemática da desigualdade habitacional.

Apropriando-se do caso do Albergue do Voluntariado em analogia às ideias apresentadas por Milton Santos (2012) em relação ao espaço banal, que é de direito a todos, lidamos com a edificação estudada enquanto direito à preservação e funcionalidade social, questionando a relação entre as significações que foram desencadeadas ao longo da história com o atual processo de vivência cotidiana.

As relações desiguais presentes no processo de escolha e institucionalização do patrimônio, isolado dos anseios e valores da população, resulta em uma relação igualmente desigual e conflituosa do ponto de vista do reconhecimento popular para com esse patrimônio. Ao situar o estado precário de conservação do imóvel, resultado de anos de abandono, é possível rastrear algumas formas de silenciamento tanto provindas da esfera popular quanto da esfera do poder público enquanto legalmente responsável por sua seleção e proteção.

Quando a representação do patrimônio não é confrontada por uma memória conflituosa, não compreende-se que ele é fruto desses vários conflitos. Ao ignorar a importância de mantê-los vivos no nosso presente, tais conflitos desaparecem de nossa memória, e o patrimônio, da forma que é organizado, se transforma, cada vez mais, em um patrimônio consensual que nem nos representa nem nos faz pensar sobre as mazelas sociais existentes até os dias de hoje (RIBEIRO, SIMÃO, 2009).

Ao entender essa essência conflituosa, torna-se possível interpretar os “[...] esquecimentos, omissões, os trechos desfiados de narrativa [como] exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas” (BOSI, 2003, p.18), que se reverberam no presente.

Diante desse contexto, fica clara a inconsistência da atuação do poder público na proteção dos bens tombados, denunciando a desproporcionalidade prática dos instrumentos legais responsáveis em relação à onda de patrimonialização dos bens culturais nacionais. Pensamos nessa questão, ainda, a partir de dois vieses: mesmo que o tombamento tenha contribuído para a manutenção da existência desse bem, seu processo

de seleção, que deu-se de forma excludente, criou um objeto idealizado, desconsiderando a história local e afastando a população de seus valores.

Consideramos essa questão como uma importante influência na preservação patrimonial ao compreender que a salvaguarda de bens históricos e de relevância cultural origina-se da relação afetiva que as pessoas mantêm com os objetos ou espaços (Parschen, 2017), entendendo ainda que “a perspectiva da preservação é invertida, ou seja, é a partir do olhar dos sujeitos que se justifica a permanência dos bens” (SIMÃO, 2016, p. 46).

Além da problemática da preservação, o conjunto dos desdobramentos do processo histórico reflete, ainda, questões que contribuem para a desigualdade habitacional ao considerarmos que essas questões levaram o imóvel a não cumprir sua função social. Compreendemos, nesse sentido, que o reconhecimento e a preservação do patrimônio poderiam ser capazes de sanar tal defasagem.

O silêncio do poder público e dos agentes responsáveis pela proteção do patrimônio fica ainda mais evidente quando nos deparamos com o insucesso do projeto de revitalização habitacional do imóvel. Considerando que a população alvo do projeto não dispõe nem de orientações nem de demais recursos que possibilitem a manutenção da integridade do imóvel, o auxílio legal e financeiro por parte dos gestores e poderes públicos responsáveis assume não apenas um caráter essencial, mas de obrigatoriedade perante a dívida histórica decorrente do processo de segregação social.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A PRESERVAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO REPRESENTATIVO

Diante desse cenário,

[...] coloca-se o desafio intelectual e político de como lidar com a memória social e com o patrimônio cultural. Sabemos desde Halbwachs (1976) a importância da organização social do espaço e dos lugares de memória para a construção e a dinâmica de identidades individuais e sociais. (VELHO, 2006, p. 244)

Além da reestruturação das políticas públicas preservacionistas consolidadas visando um cenário de adequação dos bens tombados à realidade contemporânea, associados à heterogeneidade e complexidade da vida social, pensamos em formas alternativas de potencializar a preservação do patrimônio a partir do reconhecimento popular.

Ao compreender determinado patrimônio cultural enquanto representante das diversas identidades e memórias, perpassando pelo olhar e vivência da população que o usufrui, a presente investigação está vinculada às sensibilidades de segmentos populares, o que pode possibilitar o rastreamento de valores e relações existentes em determinado segmento social para com o patrimônio e as questões urbanas.

Compreender a preservação do patrimônio e da memória como um exercício contínuo e cotidiano implica o reforço dos valores individuais ou coletivos locais em contrapartida aos valores culturais historicamente impostos e, até então, sacralizados. Propomos que esse exercício possa ser pautado na educação patrimonial enquanto instrumento de desconstrução do patrimônio cultural incutido no imaginário popular; em conjunto com uma dada educação das sensibilidades (GUIMARÃES, 2013), ao questionar o que distingue a cultura letrada e escolarizada da cultura marcada pela oralidade em termos de aprendizagem e, ainda, quais os sentidos envolvidos na valorização de um dado repertório de bens e práticas culturais em detrimento a outros.

São essas as questões, que na maioria das vezes se dão de forma oculta, que pretendemos desnaturalizar e evidenciar a partir dessa discussão. O espaço urbano é submetido à imposição de consensos sociais, nos quais a existência de conflitos é rejeitada e, até mesmo, encoberta. Entendemos que assumir a cidade e o patrimônio cultural enquanto produtos e produtores de disputas, tensões e conflitos sociais, é parte fundamental do processo de construção e busca pelo comprometimento com a representatividade identitária e cultural de grupos sociais menos abastados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257/2001 que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a edição.

BRASIL. **Decreto-Lei no 25, de 30 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 1a edição.

GONÇALVES, Daniela Santos. **“Moro em edifício histórico, e agora?”** – Avaliação pós-ocupação de habitantes multifamiliares no Centro Histórico de São Luís – MA. Natal, RN, 2006.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. **A colonização do presente pelo passado:** de um dispositivo metafórico à possibilidade de construção de conhecimento histórico educacional. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH. Natal, 2013.

LEÃO, Ítalo Alves de Sousa. **A preservação do patrimônio cultural como realização da função social da propriedade.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54351/a-preservacao-do-patrimonio-cultural-como-realizacao-da-funcao-social-da-propriedade>>. Acesso em 09 Dez 2018.

RIBEIRO, C. R., SIMÃO, M. C. R. **Relação e contrações:** direito à cidade e patrimônio urbano. III ANPARQ – Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva. Anais... Organizadores: Angélica Tanus Benatti Alvim, Wilson Ribeiro dos Santos Junior. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: PUC de Campinas, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 176 p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades:** entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 266 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

VELHO, Geraldo. **Patrimônio, negociação e conflito.** Mana, vol. 12 no. 1. Rio de Janeiro, 2006.

VINÃS, Salvador Munõz. **Teoría contemporánea de la Restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

Recebido em: 20/11/2021

Aprovado em: 15/12/2021

Publicado em: 17/12/2021